

## **MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DPLP**

No dia 16 de Março de 2023, das 14h às 16h de Moçambique, decorreu a reunião da Divisão dos Países de Língua Portuguesa de Nomes Geográficos (DPLP) por videoconferência, na qual participaram representando Moçambique, José Mahumane, Presidente da Divisão, Juvenália Mendiata, Aníbal Tiane e Paulino Baptista Bata e Ambrósio Mafumo; representando o Brasil, Ana Cristina Resende, Vice-Presidente da Divisão; e representando Cabo Verde, Alex Andrade.

A reunião teve como ponto de agenda a apresentação dos relatórios sobre a situação de nomes geográficos em cada país.

Moçambique foi primeiro a apresentar seu relatório no qual indica o INGEMO, IP como a entidade responsável pela gestão de nomes geográficos no país, trouxe a perspectiva histórica do processo de atribuição e alteração de nomes geográficos, destacou quatro fases (pré-colonial, colonial, pós-independência e pós-introdução da democracia multipartidária) e o quadro legal que foi sendo aprovado. Avançou que actualmente para além das questões de atribuição e alteração de nomes geográficos, há preocupação com a padronização da escrita dos nomes conforme a língua fonte e já foram realizados alguns trabalhos neste sentido. Indicou ainda, alguns desafios como a formação/especialização do pessoal técnico, aprimoramento do quadro legal e a criação e gestão da base de dados de nomes geográficos do país.

Seguidamente Cabo Verde apresentou o seu relatório destacando o INGT como a entidade responsável pela gestão dos nomes de lugares do país e o quadro legal que regula a matéria de nomes geográficos, bem como o funcionamento da Comissão Nacional de Toponímia. Fez referência ainda, aos procedimentos para a atribuição e/ou alteração de topónimos, a alguns constrangimentos tais como: nomes genéricos abreviados de diversas formas, deturpação na tradução de topónimos de português para crioulo e vice-versa e nomes geográficos nas duas línguas, ausência de representatividade dos nomes e o estrangeirismo. A terminar, trouxe a importância da toponímia na perspectiva patrimonial, social, linguística, jurídica, político-administrativa e de localização geográfica de endereços.

Brasil iniciou apresentação do seu relatório indicando que ainda não tem uma entidade/autoridade, no entanto o IBGE vai assumindo papel preponderante no tratamento (padronização) dos nomes geográficos pois, é a única, das instituições responsáveis pelo mapeamento oficial do país, a pesquisar, tratar, produzir e disseminar informação sobre os nomes geográficos para a sociedade em geral, o que lhe confere reconhecimento nacional e internacional. Fez referência a existência de quadro legal que regula a nomeação de regiões administrativas principais (estados, territórios, Distrito Federal, municípios e distritos). no entanto, por vezes, registam-se casos de incumprimento ou violação da legislação e ocorrência de grafias diferentes para o mesmo nome em resultado das mudanças das normas da ortografia do português brasileiro facto que por vezes influencia na alteração ou compreensão do

significado do nome original, sendo que, essas frequentes mudanças são uma fonte contínua de confusão e um grande desafio a ser enfrentado na padronização dos nomes geográficos.

Terminadas as apresentações foram levantadas algumas questões mas, porque o tempo já não permitia, estavam esgotadas as duas horas da reunião, foi marcada reunião extraordinária para o dia 23 de Março, à mesma hora, para o debate e encerramento do ponto da agenda.

A reunião retomou no dia 23 de Março, das 14h às 15h, em Moçambique, com a sessão de respostas as perguntas colocadas pelos participantes.

Referir que, o representante de Cabo Verde, Alex Jaílson Barbosa Andrade, esteve ausente por motivo de sobreposição da agenda.

Assim, Ana Resende, representante do Brasil, respondendo a pergunta sobre a escrita dos nomes geográficos indígenas (Tupí Guarani) explicou que os nomes são escritos em Português, mas existe um acordo na ortografia de nomes indígenas, que passa por registar certos sons de forma diferente dos nomes do Português, exemplo, /ss/ e /ç/. Quando o nome é do Tupí Guarani, usa-se /ç/ e no nome do Português usa-se /ss/, *Itacuruçá* e não *Itacurussá*. Outro exemplo é o /i/ e /y/, sendo o primeiro para os nomes geográficos do Português e o segundo para nomes geográficos do Tupí Guarani, *Say* e não *Sai*.

Sobre a pergunta de como Moçambique resolve a escrita e padronização de nomes de acidentes geográficos com nomes nas línguas locais, foi esclarecido que usa-se a estratégia de ouvir os falantes da língua origem, como pronunciam o nome e depois recorrer a ortografia padronizada dessa língua para a escrita do nome.

Abril de 2023